

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

**ESTADO DE SÃO PAULO** 

Projeto de Resolução nº 10 /2014

UDO NO EXPEDIENTE EM SE ESTO DE DO 166 11

Valinhos, 29 de maio de 2014.

C.M.V. Proc. Nº 2180

Senhor Presidente

Nobres Vereadores

Cumprimentando Vossas Excelências, passo as mãos para análise e apreciação, o incluso Projeto de Resolução nº /2014, que acrescenta o inciso VIII ao artigo 208 de nosso Regimento Interno, este artigo diz que "Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:".

#### Justificativa:

Esta Propositura visa garantir maior segurança não apenas aos vereadores e funcionários da Câmara, mas também ao público que acompanha as sessões no plenário.

A proposta é que acrescentemos mais um inciso ao artigo 208, com a seguinte redação: "VIII- não esteja utilizando capacete, ou qualquer acessório de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, touca, capuz, bandana ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face dentro do recinto da Câmara Municipal."

Portanto, trata-se de uma questão de bom senso, educação e além do mais alguns acessórios de chapelaria tem a função de proteger a cabeça e o rosto do sol e em lugar fechado não tem finalidade de uso.

Já temos a Lei Estadual nº 14.955 de 12 de março de 2013, diz que: "Proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados."



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALÎNHOS

C.M.V. Proc. Nº 2180/ 11

**ESTADO DE SÃO PAULO** 

Diante de todo o exposto, apresento para apreciação e aprovação desta casa de leis o referido projeto.

Dr. Orestes Previtale Júnior vereador



C.M.V. Proc. Nº <u>2180 / 14</u> Fls. <u>009</u> Resp. \_\_\_\_

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

**ESTADO DE SÃO PAULO** 

Projeto de Resolução. nº

/14

Resolução nº /2014

Cria o inciso VIII, do art. 208, da Resolução nº 5 de 28 de junho de 2011.

LOURIVALDO MESSIAS DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Valinhos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Projeto de resolução nº /2014, aprovado em sessão de de de 2014.

#### **RESOLVE:**

Art. 1°. É criado o inciso VIII, do artigo 208, da Resolução n° 5, de 28 de junho de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

I- ...
II- ...
IV-...
V-...

Art. 208°. ...

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALÎÑI

#### **ESTADO DE SÃO PAULO**

VI- atenda as determinações da Mesa;

VII- não interpele os Vereadores; e,

VIII- não esteja utilizando capacete, ou qualquer acessório de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, touca, capuz, bandana ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face dentro do recinto da Câmara Municipal.

publicação.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua

Câmara Municipal de Valinhos,

aos de

de 2014

Publique-se e cumpra-se.

Lourivaldo Messias de Oliveira

Presidente

José Osvaldo Cavalcante Beloni

1º Secretário

Paulo Roberto Montero

LIDO EM SESSÃO DE O 3 LIVU EM ZESZAU DE COMÍSSÃO Encaminhe-se a Redação Encaminhe-se Redação Trinanças e Orçamento Rua Ângelo Antônio Schiavinato, nº 59 – Residencial São Luiz – CEP 13270 470 A Walinhos-SP

PABX: (19) 3829-5355 – www.camaravalinhos.sp.gov hr



C. M. de VALINHOS

PROC. № 2180 /14

FIS. Nº

RESP. ADV N

À Comissão de Justiça e Redação, conforme despacho do Senhor Presidente em Sessão do dia 03 de junho de 2014.

Marcos Fureché

Assistente Administrativo Departamento Parlamentar

04/junho/2014



### CÂMARA MUNICIPAL DE VÂLINHOS

**ESTADO DE SÃO PAULO** 



Proc. №.

Assunto: Projeto de Resolução nº 10/2014 — Autoria Vereador Orestes Previtale Júnior que "Cria o inciso VIII, do art. 208, da Resolução nº 5 de 28 de junho de 2011."

À Comissão de Justiça e Redação Senhor Presidente Vereador Rodrigo Fagnani Popó

Trata-se de parecer jurídico relativo ao Projeto em epígrafe solicitado pela Comissão de Justiça e Redação através de seu Presidente.

O Projeto de Resolução em análise insere inciso VIII no art. 208 da Resolução nº 05 de 28 de junho de 2011 (Regimento interno da Câmara Municipal), determinando que os cidadãos que vierem assistir às sessões no recinto da Câmara Municipal não estejam utilizando qualquer tipo de cobertura que oculte a face.

Primeiramente cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação nos termos do art. 38.

Após as considerações iniciais verificamos o que segue.

Determina o Regimento Interno:

"Artigo 126 - Toda matéria de competência da Câmara administrativa ou político-administrativa sujeita à deliberação da Câmara será objeto de projeto de resolução ou decreto legislativo.

§ 1º - Constitui matéria de projeto de resolução:

II – assuntos de economia interna da Câmara,"

Tratando-se de matéria interna, a propositura por meio de Projeto de Resolução é a medida aplicável a espécie, cabendo a iniciativa por qualquer Vereador.

\* P



#### CÂMARA MUNICIPAL DE VALÍÑ

ESTADO DE SÃO PAULO



C.M.V.

E ainda, a competência é exclusiva da Câmara Municipal que produz efeitos internos políticos ou administrativos, sendo que tal proposição não está sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente.

Em relação à matéria, temos o artigo 203 do Regimento Interno, que possibilita tal medida na forma em que fora proposta, vejamos:

> Artigo 203 - Qualquer projeto de resolução, modificando o Regimento Interno, depois de lido em plenário, será encaminhado à Mesa para opinar.

§ 1°- A mesa tem o prazo de 5 (cinco) dias para exarar parecer.

§ 2º - Dispensam-se desta tramitação os projetos oriundo da própria Mesa.

§ 3º - Após esta medida preliminar, seguirá o projeto de resolução a tramitação normal dos demais processos.

Destarte, em se tratando de Projeto oriundo de Vereador, e considerando que a Mesa tem peso decisivo na aceitação ou não das modificações propostas que visem a alteração do Regimento Interno (Precedente Regimental nº 01/2013), o Projeto em comento preliminarmente deve ser encaminhado à Mesa para exarar parecer nos termos do artigo 203 § 1º do Regimento interno.

Ante o exposto, preliminarmente o Projeto deve ser encaminhado à Mesa para parecer.

Desde já, concluímos que a proposta reúne condições de legalidade, lato sensu. Sobre o mérito, manifestar-se-á o Soberano Plenário.

É o parecer.

D.J., aos 24 de junho de 2014.

FELIPE DE LEMOS SAMPAIO

Diretoria Jurídica

Diretor

ROSEMEIR ÍZA C. BARBOSA

Advogada

Diretoria Jurídica

essora de Apoio Parlamentar

alline C'Da

**ALINE CRISTINE PADILHA** 

Diretoria Jurídica Advogada

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALIN

**ESTADO DE SÃO PAULO** 

#### COMISSÃO DE JUSTICA E REDAÇÃO

#### Projeto de Resolução nº 010/ 2014

"Cria o inciso VIII no artigo 208 da Resolução nº 5 de 28 de junho de 2011" com a seguinte redação: "VIII- não esteja utilizando capacete, ou qualquer acessório de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, touca, capuz, bandana ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face dentro do recinto da Câmara Municipal."

Parecer: A Comissão de Justiça e Redação, reunida, ordinariamente, examinou a presente propositura quanto à constitucionalidade, legalidade, seu aspecto gramatical e lógico e dá seu PARECER FAVORÁVEL, nada obstando sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Quanto ao mérito e oportunidade desta proposição, caberá ao Egrégio Plenário a sempre sábia e soberana decisão final.

É o nosso parecer.

Sala de Reuniões, 31 de julho de 2.014.

Rodrigo Vieira Braga Fagnani upono EREDIEN

Antônio Soares Gomes Filho

Membro

Membro

Adroaldo Mendes de Almeida Membro

> Egivan Lobo Correia Membro

Rua Ångelo Antônio Schiavinato, nº 59 - Residencial São Luiz - CEP 13270-470 - Valinhos-SP PABX: (19) 3829-5355 -- www.camaravalinhos.sp.gov.br

C.M.V. Proc. № <u>2180 14</u> Fls. <u>009</u>

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

OARA ORDEM DO OTAGE & N

Anrovado por unenimidade e dispensado de Segunda Discussão em sessão de 1981

Lourivaldo Messias de Oliveira Prosidente

Segue Resolución u? 07/19

Rua Ângelo Antônio Schiavinato, nº 59 - Residencial São Luiz - CEP 13270 470 - Valinhos SP

PABX: (19) 3829-5355 - www.camaravalinhos.sp.gov.br